

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Reforma Administrativa: desmonte do serviço público enfrenta reação da categoria



Foto: Thuanly Santos Silva/Sintsef-CE

NESTA EDIÇÃO | Soberania ameaçada por interesses externos e retrocessos internos; Seminário Regional da Condsef debate estratégias de resistência; reuniões no Ministério da Saúde discutem Saúde Indígena, gratificações e a luta dos intoxicados da ex-Sucam; relatório sobre Funasa expõe precariedade nas condições de trabalho; servidores do DNOCS denunciam sucateamento e exigem valorização da autarquia.

na base

Confira as últimas mobilizações nos órgãos
Pág 3 a 5

jurídico

Congresso de Direito Sindical traz alertas sobre o papel do Judiciário
Pág 5

empresas públicas

Ebserh: Insalubridade vira tema de disputa no TST. Conab: aposentadoria compulsória chega ao STF
Pág 6

nacional

Reforma Administrativa avança sem diálogo; Seminário da Condsef traz estratégias de resistência
Pág 7

ADICIONE NOSSO CONTATO

Receba diariamente o boletim "A Voz do Sintsef-CE".
Salve nosso contato e envie um Oi, com seu nome, cidade e órgão.

(85) 99179-1973



Não à ingerência de Trump no Brasil!

No Brasil, o tarifaço de 50% aos produtos brasileiros começou a valer no dia 6/8, e continuam as chantagens pela anistia dos bolsonaristas golpistas. A ingerência imperialista contra o Brasil e o governo Lula é uma agressão sem precedentes. Tarifaço aqui com justificativa política: livrar a cara de Bolsonaro e seus comparsas.

Agora, o governo americano anunciou a revogação dos vistos de dois funcionários brasileiros ligados à contratação de médicos cubanos pelo programa "Mais Médicos" e da família do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

É um ataque imperialista à nação brasileira. Agressão sem precedentes e, antes de tudo, um testemunho da crise generalizada do capitalismo, em particular no centro do império, os EUA, que não encontram outras soluções para a humanidade senão a pilhagem, a guerra e os ataques aos povos.

As ações de Trump configuram ataque à soberania nacional, mas vitimam, em primeiro lugar, o povo trabalhador. Já há notícias de empresas dando férias coletivas aos funcionários e várias demissões, como é o caso dos setores madeireiro, calçadista, metalúrgico e pesqueiro.

Muitos países estão sendo ameaçados com a imposição de tarifas alfandegárias pelos EUA, mas em nenhum outro caso a alta teve justificativa abertamente política, que equiva-

le à ingerência nos assuntos internos, como ocorre com o Brasil. A chantagem de Trump vem para que se interrompa "imediatamente" a "caça às bruxas" que estaria vitimizando o seu aliado Bolsonaro.

Dias depois da carta da taxaço, Trump, em uma escalada de ameaças, instalou uma "investigação comercial" contra o PIX em favor das bigtechs (as grandes corporações do ramo de internet e informática) e das bandeiras de cartões de crédito. No dia 17/7, enviou carta de apoio a Bolsonaro na véspera de o STF ordenar tornozeleira eletrônica para evitar sua fuga. Depois das medidas restritivas contra Bolsonaro, retirou os vistos americanos da maioria dos ministros do STF e membros da AGU.

MEDIDAS PARA DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL

O certo é que, ao atacar o Brasil e o governo Lula, Trump também quer atingir os BRICS para tentar bloquear a tendência à desdolarização das trocas internacionais, em um esforço desesperado para manter o lugar central do imperialismo dos EUA no mercado mundial.

Diante da agressão estadunidense, apoiamos todas as medidas de resistência do governo. E frente a ela é preciso:

- Taxação recíproca aos produtos estadunidenses
- Cadeia para os bolsonaristas traidores da pátria

- Taxar as bigtechs
- Quebrar as patentes farmacêuticas
- Taxar as remessas de lucros das multinacionais americanas
- Garantia real dos empregos ameaçados pela taxaço

Sim, é necessária a mais ampla frente para enfrentar Trump e defender a soberania nacional. Mas, nessa frente, a classe trabalhadora e suas organizações devem exigir a garantia dos seus empregos, salários e direitos. Nenhuma demissão nem perda salarial ou de direitos pode ser admitida, e o governo tem os meios de garanti-los!

DERROTAR NAS RUAS A OFENSIVA DE TRUMP!

A mobilização ocorrida em 10 de julho, em várias cidades do Brasil, como em São Paulo, que reuniu 20 mil manifestantes, e em Fortaleza, onde centenas se concentraram na Praia de Iracema, foi a primeira resposta às ameaças à soberania do Brasil. O Sintsef-CE esteve presente com seus pirulitos levantando "Trump, tire suas patas do Brasil", que se somaram às exigências anteriores de taxaço dos mais ricos, isenção para os mais pobres, redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1, propostas presentes no Plebiscito Popular.

O combate à política tarifária de Trump se combina diretamente com seus ataques aos imigrantes e à classe trabalhadora nos

próprios EUA, com sua política de apoio incondicional ao genocídio praticado por Israel em Gaza e de pressão por aumento de gastos militares de seus aliados europeus da Otan.

NENHUMA DEMISSÃO POR TAXAÇÃO!

No dia 13/8, o presidente Lula anunciou a Medida Provisória "Brasil Soberano" para enfrentar os efeitos do tarifaço. A MP garante crédito e benefícios fiscais a empresas afetadas e cria uma Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego, tripartite — governo, patrões e centrais sindicais. O acesso ao crédito estaria condicionado à manutenção de empregos, mas não há no pacote nenhuma norma específica que impeça demissões. Ao contrário, prevê casos de empresas que "não têm condições", com direito a "contrapartidas".

Nessa situação, são necessárias medidas concretas, como a reciprocidade na taxaço de produtos dos EUA, a taxaço das bigtechs e das remessas de lucros das multinacionais americanas. Mas, principalmente, é urgente criar mecanismos legais de proteção à classe trabalhadora e de garantia real dos empregos, assim como dos salários e direitos ameaçados.

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7349 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa
Coord. Jurídica: Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:**

Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares Coord. de Formação Política: José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de Finanças:** Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sócio cultural:** Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa **Coord. de Aposentados e Pensionistas:** Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:** Lucy Mary Gomes Matos, Francisco Flávio Inácio de Lima, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José Zézito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélcio e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Letícia Alves, Luanna Moura (estagiária) **Diagramação:** Letícia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

DNOCS

Servidores denunciam abandono e risco de colapso em barragens do Semiárido



O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), uma das instituições mais antigas e estratégicas do Nordeste, está sob forte pressão. Em carta aberta à sociedade, servidoras e servidores denunciaram a crescente fragilidade operacional do órgão e o risco iminente de acidentes em barragens públicas sob sua responsabilidade.

A denúncia destaca que o DNOCS, responsável por cerca de 370 reservatórios (63 deles classificados como de alto risco potencial) vem operando com severas limitações que comprometem sua capacidade de garantir a segurança hídrica e a proteção das populações do Semiárido. A situação é agravada pelos sucessivos cortes orçamentários, ausência de concursos públicos e falta de políticas integradas de prevenção.

Apesar de a legislação reforçar a Política Nacional de Segurança de Barragens, especialmente após os desastres de Mariana e Brumadinho, pouco avançou na implementação dos Planos de Segurança (PSB) e Planos de Ação Emergencial (PAE) nas estruturas sob a gestão do DNOCS. Para os servidores, a

omissão estatal diante da gravidade do cenário pode resultar em consequências catastróficas.

As mudanças climáticas e o aumento de eventos extremos de chuva tornam a situação ainda mais crítica. Reservatórios como Jucazinho (PE), Figueiredo (CE), Coremas-Mãe d'Água (PB) e Engenheiro Ávidos (PB) já estão sobrecarregados pela escassa manutenção. Em caso de ruptura, cidades do interior e até capitais e regiões metropolitanas, como Recife, poderiam ser devastadas, com perdas humanas, destruição de moradias, contaminação de rios e impacto direto sobre agricultura, pesca e infraestrutura.

Os servidores também alertam que a responsabilização em caso de tragédias pode alcançar desde o DNOCS até instâncias superiores do governo federal, passando por órgãos de regulação, fiscalização e meio ambiente. A negligência, segundo a legislação, pode gerar sanções civis, penais e administrativas.

Diante desse cenário, os trabalhadores exigem medidas imediatas, como:

- liberação de recursos orçamentários contingenciados para manutenção preventiva;
- realização imediata de concursos públicos para recomposição do quadro funcional;
- reestruturação do DNOCS e implantação de sistemas modernos de monitoramento e alerta;
- articulação com defesas civis estaduais e municipais para respostas rápidas em situações de risco.

O Sintsef-CE reforça sua posição em defesa do DNOCS como patrimônio do povo nordestino e seguirá mobilizado para cobrar do governo federal investimentos, valorização dos servidores e um plano concreto de fortalecimento institucional.

FUNASA

Negociações avançam e relatório expõe precariedade nas condições de trabalho

A defesa da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) como instituição pública essencial para o saneamento e a promoção da saúde voltou a ganhar força em agosto. O Sintsef-CE participou, no dia 21 de agosto, em Brasília, da 1ª reunião ordinária da Mesa Seccional de Negociação Permanente da Funasa, prevista na Portaria nº 3.075/2025. O encontro reuniu representantes da direção da Fundação, da Condsef/Fenadsef e de órgãos federais, com uma extensa pauta que reafirma as demandas históricas da categoria.

Entre os principais pontos debatidos, destacou-se o retorno imediato dos servidores cedidos a outros órgãos, com a Funasa se comprometendo a apresentar lista nominal dos que ainda aguardam reintegração. Também foram discutidas a reestruturação da Fundação e seu regimento interno, o levantamento detalhado das condições das superintendências estaduais, a Gratificação de Combate às Endemias (GACEN) e a autonomia financeira das unidades, além da necessidade de garantir transparência no acesso a documentos dos filiados. A Condsef defendeu um cronograma regular de reuniões, para que as deliberações avancem em ações concretas.

Enquanto as negociações aconteciam, o Sintsef-CE intensificou sua atuação em defesa dos servidores com uma visita técnica à sede da Funasa no Ceará, em 22 de julho, que

expôs uma realidade alarmante. O relatório, elaborado pela Coordenação de Saúde do Trabalhador, descreve estruturas físicas comprometidas, banheiros interditados, infiltrações, fiação exposta e equipamentos de combate a incêndio sem manutenção. O prédio anexo, que já abrigou a junta médica, encontra-se abandonado, com teto em risco de desabamento e condições sanitárias críticas, favorecendo a proliferação de insetos.

A análise aponta que o abandono do espaço foi agravado pela MP 1.156/2023, que chegou a propor a extinção da Funasa. Atualmente, poucos servidores mantêm atividades no local. Foram identificados riscos físicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais, exigindo medidas urgentes para garantir a segurança dos trabalhadores. Entre as recomendações estão a manutenção da estrutura predial, adequação da sinalização e do sistema elétrico, reparos nas instalações sanitárias e melhorias ergonômicas.

Para o Sintsef-CE, a luta por condições dignas de trabalho e a valorização da Funasa como órgão estratégico para a saúde pública permanecem no centro da agenda sindical. O relatório será utilizado como subsídio nas mesas de negociação e encaminhado aos órgãos competentes, reforçando a necessidade de investimentos e transparência.

Sintsef-CE participa de semana intensa de reuniões no Ministério da Saúde e reforça luta por direitos dos servidores



Nos dias 22 e 23 de julho, Brasília foi palco de uma agenda intensa de reuniões da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNPMS), além de encontros estratégicos de grupos de trabalho voltados à Saúde Indígena, ao controle de endemias e à histórica luta dos trabalhadores intoxicados da ex-Sucam. O Sintsef-CE esteve presente em todas as discussões, reforçando seu compromisso com a defesa dos servidores federais e das políticas públicas de saúde.

Saúde Indígena: precariedade estrutural e risco para trabalhadores

O primeiro dia de atividades começou com a reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Indígena, que trouxe um panorama preocupante da realidade enfrentada pelos servidores e populações indígenas.

Entre os pontos denunciados, estão:

- Acúmulo de contratos de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e insumos para fiscalização por parte dos(as) servidores(as) da SESAI/MS. Muitos são responsáveis por mais de dez contratos, alguns chegando a vinte, o que inviabiliza o acompanhamento adequado e aumenta o risco de responsabilização por irregularidades cometidas pelas empresas contratadas;
- Condições inadequadas de transporte em viaturas, embarcações e pequenos aviões, muitas vezes sem manutenção e sem requisitos sanitários, usadas para deslocamento de trabalhadores e transporte de pacientes indígenas, colocando em risco suas vidas;
- Unidades de Saúde Indígena em condições precárias, muitas improvisadas, sem saneamento básico e estrutura mínima;
- Transporte inadequado de insumos e medicamentos, sem refrigeração adequada;
- Falta de retorno da SESAI/MS às reivindicações apresentadas desde novembro de 2024.

A reunião também tratou da contratação da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS), que assumirá a execução de atividades-fim nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas até o final de 2025. O Sintsef-CE alertou que a mudança exige acompanhamento rigoroso para garantir que não haja retrocessos na atenção à saúde indígena.

Luta histórica dos intoxicados da ex-Sucam ganha novo fôlego

Outra pauta de destaque foi a luta dos trabalhadores intoxicados pelo DDT e BHC, utilizados nas campanhas de combate a endemias nas décadas passadas. A PEC 101/2019, em tramitação no Congresso, busca garantir plano de saúde vitalício a esses servidores, muitos dos quais enfrentam graves problemas de saúde e expectativa de vida reduzida.

Um levantamento realizado pela Comissão Nacional dos Intoxicados mostrou que, de 383 óbitos analisados, 55,87% ocorreram antes dos 60 anos, reforçando a gravidade da situação. A Condsef/Fenadsef e a comissão têm intensificado a

articulação com parlamentares para aprovar a PEC e estender seus benefícios a todos os trabalhadores que ingressaram na ex-Sucam até 1988.

Durante a semana, dirigentes foram recebidos pelo gabinete do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que sinalizou apoio à causa e sugeriu a criação de um GT específico para acompanhar o tema. A MSNPMS aprovou a proposta, definindo representantes sindicais e do governo. Além disso, foi aprovada a realização da Marcha Nacional dos Sucanzeiros, prevista para setembro, em Brasília, com meta de reunir mil servidores em defesa de seus direitos.

GT das gratificações GACEN, GECEN e GEACE: avanços na valorização

Ainda no dia 22, o GT GACEN/GECEN/GEACE apresentou uma minuta de Projeto de Lei que altera legislações de 2008, 2009 e 2014 para atualizar valores e ampliar cargos contemplados pelas gratificações ligadas ao controle de endemias.

Entre as conquistas, estão:

- Fixação do valor em R\$ 3.400,00 para GACEN, GECEN e GEACE;
- Inclusão de 11 novos cargos ligados ao controle de vetores;
- Garantia de gratificação para ocupantes de cargos em comissão vinculados à área.
- O consenso entre entidades e governo é um passo importante para valorizar os trabalhadores que atuam na linha de frente do combate às endemias no país.

Mesa Setorial do Ministério da Saúde:

demandas estruturais e atenção aos servidores cedidos

Encerrando a agenda, no dia 23, a MSNPMS se reuniu na Universidade Nacional de Brasília. A pauta incluiu:

- Falta de estrutura nas Superintendências Estaduais do MS, especialmente para acompanhar servidores cedidos a estados e municípios;
- Ausência de concursos públicos e necessidade de um plano de recomposição de pessoal;
- Suspensão do pagamento de adicional de insalubridade em alguns casos e necessidade de regularização;
- Elaboração de calendário para exames periódicos obrigatórios com equipes multidisciplinares, iniciando ainda em 2025;
- Levantamento detalhado do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) por servidor, com visitas técnicas para corrigir LTCATs e garantir pagamento de insalubridade.

A mesa também aprovou o envio ao MGI da proposta de lei elaborada pelo GT referente à GACEN, com alteração das Leis nº 11.784/2008 e nº 11.907/2009.

Síntese e próximos passos

A semana de reuniões evidenciou a importância do diálogo permanente entre governo e entidades representativas. Temas históricos, como a luta dos intoxicados da ex-Sucam, e problemas atuais, como a precariedade da saúde indígena e a falta de estrutura das superintendências, ganharam destaque.

O Sintsef-CE reforça que a participação nessas mesas não é apenas protocolar: "Cada reunião é um espaço de luta. Nosso papel é levar a voz dos servidores, construir propostas concretas e cobrar do governo respostas efetivas. Vamos seguir firmes na defesa de melhores condições de trabalho, valorização salarial e políticas públicas que atendam a população com qualidade", afirmou a direção do sindicato.

MEIO AMBIENTE

Servidores do Meio Ambiente cobram avanços na indenização de campo, carreiras e PGD

Em agosto, a Mesa Setorial de Negociação Permanente do Meio Ambiente voltou a se reunir em Brasília para discutir pautas prioritárias dos servidores do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ibama, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro. O encontro, realizado no dia 20, contou com representantes da ASCEMA Nacional e da Condsef/Fenadsef, que destacaram o atraso histórico na regulamentação de direitos da categoria e defenderam a retomada urgente de grupos de trabalho temáticos.

Um dos pontos centrais foi a Indenização de Campo, prevista em lei desde 2013 para servidores da área ambiental, mas nunca regulamentada. O atraso de quase dez anos no pagamento da verba, que hoje chegaria a R\$ 157,01 por dia, gerou prejuízo significativo aos trabalhadores. A bancada sindical apresentou levantamento detalhado de atividades de campo realizadas por servidores do MMA, ICMBio, Ibama e SFB, defendendo a publicação de uma Portaria Geral do MMA para uniformizar critérios e garantir o direito a todos os profissionais que atuam fora das sedes. Para viabilizar o pagamento, o recurso precisa estar previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, reforçando a urgência de encaminhamentos ainda neste trimestre.

A reunião também debateu carreiras transversais e contratação de temporários. O MMA informou que recebeu novos servidores oriundos de carreiras de apoio, mas a ASCEMA Nacional destacou que a prioridade deve ser a convocação de concursados do Ibama, ICMBio e

MMA, além de uma política de fortalecimento da carreira ambiental, considerada estratégica e transversal.

Outro ponto foi a discussão sobre Gratificação de Atividade de Risco (GAR) e adicionais de insalubridade e periculosidade, que ainda têm implementação desigual entre os órgãos. A bancada sindical cobrou posicionamento oficial do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e a apresentação de dados qualitativos sobre o impacto das medidas.

A reunião retomou ainda o debate sobre progressão e promoção funcional, confirmando que o entendimento sobre prazos e critérios segue o termo de acordo firmado anteriormente, embora haja necessidade de alinhar pontos específicos, como carga horária de capacitação.

Por fim, o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) foi pauta de críticas. Servidores cobraram a retomada imediata do Grupo de Trabalho para revisar a atual portaria, principalmente diante da chegada de novos servidores. "Qualquer alteração deve ser discutida coletivamente, respeitando a construção institucional e a segurança jurídica dos trabalhadores", defenderam representantes da ASCEMA e Condsef.

A próxima reunião da Mesa Setorial está marcada para setembro de 2025. O Sintsef-CE e as entidades representativas reforçam a importância de avançar nas negociações, consolidando direitos historicamente reivindicados e garantindo condições dignas para quem atua na linha de frente da proteção ambiental.

jurídico

STF vai julgar paridade na GDASS; Sintsef-CE inicia ação para servidores da Previdência

O Supremo Tribunal Federal (STF) afetou recentemente um tema de grande interesse para os servidores da Carreira da Seguridade Social que recebem a gratificação de desempenho GDASS. No Tema 1289 (Recurso Extraordinário nº 1.408.525), a Corte vai decidir se é possível estender à aposentados e pensionistas a gratificação no valor mínimo atual da parcela (70 pontos), com base no direito à paridade remuneratória previsto na Constituição.

O julgamento terá repercussão geral e vai analisar se os inativos podem receber a mesma pontuação mínima paga aos servidores da ativa, mesmo que eles não se submetam ao mesmo ciclo de avaliações que define essa gratificação.

A ação abrange servidores aposentados e pensionis-

tas da Previdência que tiveram o benefício concedido antes de dezembro de 2003 e, portanto, têm direito à paridade. Atualmente, esse grupo recebe apenas 50 pontos da gratificação.

Diante do impacto da decisão, o Sintsef-CE vai iniciar o ajuizamento individual de ações no âmbito dos Juizados Especiais Federais (JEFs) em defesa dos servidores da Previdência.

Para participar, aposentados e pensionistas devem procurar a sede do sindicato ou as delegacias no interior com os seguintes documentos: portaria de concessão da aposentadoria, fichas financeiras dos últimos cinco anos, cópia do RG, CPF e comprovante de residência atualizado.

Insalubridade vira centro da disputa no TST e mobiliza trabalhadores em defesa de direitos adquiridos

A discussão sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade tornou-se o ponto mais sensível entre empregados e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A questão está atualmente em processo de mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e mobiliza sindicatos em todo o país.

O impasse começou após o Acórdão nº 2345/2023 do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou que o adicional passasse a ser calculado sobre o salário-mínimo para todos os empregados da Ebserh, inclusive para aqueles contratados antes de 2019, que tinham garantido em normas internas o cálculo sobre o salário-base. A decisão também criou a chamada Parcela Fixa de Natureza Indenizatória (PFNI) como compensação, mas, para os sindicatos, a medida reduziu a remuneração, feriu o direito adquirido e representou interferência indevida nas relações de trabalho.

Em 1º de abril de 2025, a Justiça Federal confirmou a determinação do TCU e cassou uma liminar que até então suspendia a medida. O mérito da questão trabalhista, porém, não foi analisado, o que abriu espaço para que a disputa migrasse para a esfera da Justiça do Trabalho.

Encaminhamentos da Mediação em consenso

No dia 26 de agosto, aconteceu a primeira reunião bilateral de mediação no TST, com representantes da empresa e dos empregados. Na ocasião, foi apresentado um calendário com dois pontos centrais:

- Até 4 de setembro, a EBSERH encaminhará, resposta acerca da possibilidade de se requerer a suspensão da reclamação em curso no STF, bem como o posicionamento da empresa sobre a disposição em incluir na negociação a fixação de parâmetros para solução dos feitos individuais, de maneira a fazer uma composição estrutural que contemple um plano de desjudicialização

- Até 11 de setembro, As Entidades Federativas presentes apresentarão, após consulta às bases e apresentação de resposta da empresa, manifestação sobre a disposição de prosseguir com o processo de mediação que tenha como suposta a aplicação das decisões do TCU e da Justiça Federal, porém, condicionadas à proposição de medidas compensatórias afetas a um plano de desjudicialização de processos que versem sobre a temática de insalubridade, além de maior estabilização dos critérios de cálculos da PFNI

- Uma nova reunião está marcada para o dia 18 de setembro, em Brasília, quando as partes deverão apresentar suas posições finais.

Mobilização é decisiva

A mediação no TST representa uma oportunidade de evitar perdas irreversíveis e assegurar que a categoria participe ativamente da construção da solução. A decisão sobre a continuidade da negociação será tomada em assembleias, reforçando a importância da mobilização coletiva.

O Sintsef-CE acompanha de perto o processo e alerta: somente com organização e pressão será possível garantir que os direitos conquistados ao longo dos anos não sejam retirados. A defesa da base de cálculo mais justa para o adicional de insalubridade é, hoje, uma das lutas centrais dos empregados da Ebserh em todo o país.

Aposentadoria compulsória de empregados públicos chega ao STF e aguarda decisão definitiva

O debate sobre a aposentadoria compulsória aos 75 anos para empregados públicos celetistas, como os trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), chegou ao centro das atenções do Judiciário brasileiro. A questão, que impacta diretamente empregados com décadas de serviço, segue em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) e pode ter decisão definitiva ainda este ano.

A discussão começou com a Emenda Constitucional nº 103/2019, a Reforma da Previdência, que incluiu no artigo 201 da Constituição a determinação de que empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos devem ser aposentados compulsoriamente ao atingirem 75 anos. Até então, a regra era entendida como restrita a servidores estatutários.

Em maio deste ano, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por maioria, não conhecer o recurso de uma empregada da CONAB demitida ao completar 75 anos, confirmando decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Para os ministros, a regra da aposentadoria compulsória alcança também os empregados públicos celetistas, com base no artigo 40 da Constituição e na Lei Complementar nº 152/2015.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público (Fenadsef), que atua como amicus curiae no processo, destacou a gravidade do precedente. Ainda cabe recurso ao STF, mas o caso permanecerá sobrestado até a análise do Tema 1390 de repercussão geral.

Tema 1390: STF vai definir marco temporal

O STF vai decidir se a regra pode ser aplicada retroativamente e em quais condições. O caso que servirá de referência envolve uma ex-empregada da CONAB, aposentada pelo INSS desde 1998, cujo contrato foi encerrado em 2022. O relator, ministro Gilmar Mendes, já votou pela validade imediata da regra, mas o julgamento foi interrompido após pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes, levando o processo para apreciação em sessão presencial ainda sem data definida.

Em agosto, o STF rejeitou embargos que pediam a exclusão de casos anteriores à EC 103/2019, mas deixou claro que a discussão sobre o marco temporal será analisada no julgamento de mérito.

A Condsef alerta que, na prática, a interpretação atual permite o desligamento automático de empregados que completam 75 anos, sem considerar a data de admissão ou aposentadorias anteriores. O sindicato segue acompanhando o tema de perto e reforça a necessidade de mobilização.

“A decisão do STF será fundamental para definir se a regra poderá atingir contratos antigos ou se terá aplicação limitada. É preciso garantir segurança jurídica e respeito ao histórico de serviço desses trabalhadores”, destaca a entidade.

Ainda não há data para a retomada do julgamento no STF. Até lá, a Condsef, bem como o Sintsef-CE, continuará atuando juridicamente e politicamente para proteger os direitos dos trabalhadores. A entidade também orienta que os empregados da CONAB acompanhem as atualizações e reforcem a luta coletiva em defesa do patrimônio público.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O projeto que ameaça o serviço público e mobiliza trabalhadores em todo o país



Fotos: Cristiano Porfírio/Sindsef-DF

Sob o discurso de “modernização” do Estado, a Reforma Administrativa em discussão na Câmara dos Deputados traz uma série de mudanças que afetam tanto novos concursados quanto servidores atuais. O projeto, articulado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do Grupo de Trabalho, e pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deve ser levado diretamente ao plenário ainda em 2025, sem passar por comissões, numa estratégia para acelerar a tramitação.

Mudanças profundas

A proposta está dividida em quatro eixos: governança, recursos humanos, transformação digital e combate a privilégios. Na prática, fragiliza a autonomia do servidor e abre caminho para privatizações. Para entidades como a Condsef/Fenadsef, a refor-

ma transforma o Estado em um “balcão de negócios” e institucionaliza a precarização, afetando o serviço prestado à população.

Debate sem participação popular

No dia 3 de setembro, a Comissão Geral Extraordinária convocada para debater o tema não garantiu fala às entidades representativas da maioria dos servidores do Executivo. Em contrapartida, empresários e *think tanks* liberais (instituições que produzem estudos e propostas para influenciar políticas públicas, muitas vezes financiadas por grupos econômicos) tiveram amplo espaço.

Do lado de fora, sindicatos e federações organizaram um ato contra o projeto. “Essa proposta desmonta a estabilidade funcional e abre espaço para interesses econômicos adversos. Não é reforma, é demolição!”, afirmou Mônica Carneiro, dirigente da Condsef.

Interesses obscuros

As críticas à pressa e à falta de diálogo se somam a denúncias de operações como Carbono Oculto, Quasar e Tank, que revelaram lavagem de bilhões pelo PCC por meio de fundos de investimento. As investigações levantam suspeitas de influência de grupos financeiros e criminosos sobre parlamentares que defendem a reforma.

Mobilização nacional

A reação sindical se intensificou: Fonasefe e Aliança das Três Esferas organizaram atos em Brasília, e seminários nacionais vêm construindo estratégias para barrar a tramitação. A palavra de ordem “*Não é reforma, é demolição*” ecoa em todo o país.

Para a Condsef/Fenadsef e entidades filiadas, a proposta representa uma inversão de prioridades: em vez de investir em servidores e estrutura pública, reforça cortes fiscais e favorece privatizações.

Ainda sem data definitiva para votação, a reforma segue como prioridade da Câmara. O Sintsef-CE reforça que a defesa do serviço público depende de mobilização permanente e unidade sindical.

Seminário Regional da Condsef, em Fortaleza-CE, amplia debate e prepara base para enfrentar a reforma administrativa



Nos dias 22 e 23 de agosto, a sede do Sintsef-CE, em Fortaleza, se transformou em um espaço de formação e articulação para a luta contra a Reforma Administrativa. O Seminário Regio-

nal da Condsef/Fenadsef reuniu dirigentes sindicais de diversos estados e especialistas em gestão pública para debater estratégias, fortalecer a organização sindical e preparar lideranças para o enfrentamento aos retrocessos em curso.

A programação trouxe painéis sobre negociação coletiva no Regime Jurídico Único (RJU), reforma administrativa, organização sindical e realidade das empresas públicas. O evento também incluiu uma simulação prática de negociação coletiva, em que dirigentes representaram bancadas sindical e patronal para treinar técnicas de argumentação.

A atividade fez parte de um ciclo de seminários regionais promovidos pela Confederação, que visa reforçar a unidade nacional do funcionalismo e construir uma agenda de resistência. Para o Sintsef-CE, sediar o encontro foi uma oportunidade de formar novas lideranças e fortalecer a mobilização no Nordeste.

ARTIGO

Lula veta 63 artigos da Lei da Devastação

O Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, o chamado "PL da devastação", foi aprovado a toque de caixa na Câmara dos Deputados, no último dia 17 de julho. Passaram a boiada, numa clara retaliação às decisões de Lula em vetar o aumento do número de deputados e de o STF ter suspenso a Lei que recuava na taxação do IOF.

No último dia 8 de agosto, o presidente Lula vetou 63 artigos da Lei 15.190/25 que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Entre os vetos, os principais visam:

- Impedir a livre adesão dos chamados "médios empreendimentos", que inclui, por exemplo, as barragens de rejeitos das mineradoras de serem tocadas se necessidade de licenciamento ambiental prévio.
- Não permitir que Estados e Municípios legislem sobre regras de licenciamento ambiental.
- Manter a exigência de prévia consulta de projetos ambientais a entidades indígenas e quilombolas atingidas.
- Manter o regime especial de proteção da Mata Atlântica, impedindo corte do que resta da floresta nativa. Foi também vetada a dispensa de licença do cadastro ambiental rural (CAR) que, se aprovada, seria uma anistia para produtores rurais com pendências ambientais.

Junto com os vetos, o governo fez várias sugestões de mudança de redação e editou uma Medida Provisória 1308/25 a chamada de Lei Ambiental Especial (LAE), que fixa um prazo de 12 meses para que projetos considerados estratégicos do governo tenham parecer definitivos, o que pode facilitar a exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, apesar de manter críticas a pontos que considera inconstitucionais da proposta do Congresso, admite que ela trouxe "avanços conceituais" aproveitados no novo projeto. "Conseguimos dar segurança jurídica para investimentos, investidores e empreendedores. Integrar as inovações do Congresso a vetos que mantêm a integridade do licenciamento, a proteção do meio ambiente e o direito das comunidades. Ganhando agilidade, sem perder qualidade, e assegurando processos compatíveis com o arcabouço legal e a Constituição", afirmou.

Isso não quer dizer, porém, que o caminho esteja pavimentado no Congresso. Os embates recentes demonstram mais o contrário. Diante dos vetos, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, reagiu afirmando que "ficaram aquém das expectativas", apesar de ser um freio parcial à "passagem da boiada". Já a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), emitiu nota onde repudia os vetos de Lula e chama o Congresso a reestabelecer o projeto original.

A bancada ruralista já sinaliza que pretende derrubar pelo menos metade dos vetos, entre eles, os quatro citados acima. Se os vetos do governo, parciais ao PL como um todo, são justos, é no mínimo questionável a disposição em negociar avanços no quadro desse Congresso. Com sua maioria reacionária e hostil às questões de interesse da nação, o que inclui as ambientais, não é razoável esperar boa coisa.

A Direção Colegiada



ATENDIMENTO DO SETOR JURÍDICO

Importante: todos os números recebem apenas mensagens via WhatsApp (não atendem ligações).

Plantão Jurídico dos advogados:

*** Atendimento presencial:** segunda a sexta, de 08h às 12h, por ordem de chegada.

*** Atendimento online:** de 13h às 17h, somente com agendamento prévio.

Funcionárias (somente no período da tarde)

(85) 98175-5495 – Thaynar
(85) 99914-0627 – Liza
(85) 99961-1449 – Carina

Estagiários:

(85) 99735-0154



sintsefceara.org.br



juridico@sintsef-ce.org.br

Plebiscito Popular prorroga votação até 30 de setembro: Vote na urna do Sintsef-CE

PLEBISCITO POPULAR
POR UM BRASIL MAIS JUSTO

FIM DA ESCALA 6X1

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

TAXAÇÃO DE BILIONÁRIOS PARA ISENTAR IR